**DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA**

**A EXPERIÊNCIA DA EDUCAÇÃO POPULAR COMO FORMA DE DIÁLOGO COM ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO**

**A. T. P. Camurça¹ & L. C. Vieira²**

1 Graduanda em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista da ação extensionista Diálogos para Diversidade. E-mail: [tais.camurca1@gmail.com](mailto:tais.camurca1@gmail.com); 2 Graduanda em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Membra voluntária da ação extensionista Diálogos para a Diversidade. E-mail: larissacamurca@gmail.com

**RESUMO**

O presente trabalho pretende analisar a experiência do Projeto de Extensão Diálogos para Diversidade com a educação popular, analisando como esta forma de ensino e de troca de experiências pode emergir como um recurso eficiente de diálogo com jovens estudantes. O estudo se concentrará em tratar de encontros que, ao longo do ano de 2017, foram realizados pelo Projeto ao visitar duas escolas de ensino público: a Escola Michelson Nóbrega da Silva e a Escola de Ensino Médio Ayrton Senna da Silva. Foram promovidos diálogos com estudantes do Ensino Médioacerca das temáticas do feminismo, da diversidade sexual, da homofobia e também do Movimento Escola Sem Partido. Discorreremos sobre como a Educação Popular se revelou como importante ferramenta de construção da formação política e cidadã dos jovens estudantes, estimulando o olhar crítico e o diálogo como formas de se analisar melhor o panorama social e político-econômico da atualidade. A metodologia utilizada foi a análise bibliográfica, o relato de experiência e a reflexão crítica. Concluiu-se, com esse trabalho, que, em virtude de tais jovens estarem se formando como cidadãos em um período de grandes transformações e instabilidades no que se refere à política e aos direitos humanos, é realmente necessária a utilização de uma abordagem que valorize o saber popular e os conhecimentos prévios dos sujeitos envolvidos. Dessa forma, alcançar-se-á no âmbito escolar, uma efetiva formação humana-cidadã de sujeitos políticos e sociais atuantes.

**Palavras chave:**

Direitos Humanos, Educação Popular, Gênero, Feminismo.

**THE EXPERIENCE OF POPULAR EDUCATION AS A FORM OF DIALOGUE WITH HIGH SCHOOL STUDENTS**

**ABSTRACT**

The present study intends to analyse the experience of the Extension Project Diálogos para Diversidade with the Popular Education and explains how this way of teaching and exchanging experiences and knowledges can be an effective approach on the dialogue with young students. The study will be concentrated in the analysis of the visits that were made by the Project in two public schools during the year of 2017: Escola Michelson Nóbrega da Silva and Escola de Ensino Médio Ayrton Senna da Silva. We promoted discussions that involved themes like feminism, sexual diversity, homophobia and the Moviment Escola Sem Partido, with high school students. In the study, we will explain how the popular education was an important tool for the construction of the social conscience of these young students, by encouraging the critic vision and the dialogue as a way of better analysing the political, social and economical realities. The method that was used was the bibliographic research, the experience report and the critic reflexion. In this work we got to conclude that the approach that we made by valorizing the popular knowledge the previous knowledge of the subjects involved in the process appeared as an important way for the young students to absorb knowledge and see themselves as active political and social subjects.

**Key-words:**

Human Rights, Popular Education, Gender, Feminism.

**1. INTRODUÇÃO**

É inegável que, nas últimas décadas, a sociedade contemporânea tem passado por grandes e importantes mudanças. São inúmeros períodos de efervescências políticas; intensas discussões sobre diversos Projetos de Lei e Emendas Constitucionais no âmbito do Congresso Nacional (Terceirização, PEC 241, Estatuto da Família, Lei Antiterrorismo, Estatuto do Desarmamento, etc); os grandes embates presidencialistas; as movimentações de diferentes grupos sociais, como aquelas realizadas na Primavera de 2013 e também no âmbito da ocorrência do impeachment da presidente Dilma Roussef em 2016; os vários tipos de oscilações na economia, como o período de recessão; a grande gama de inovações tecnológicas, entre outros. É evidente que tais mudanças afetam os indivíduos que vivem nessa sociedade. A mentalidade de indivíduos que nasceram na década atual, por exemplo, se difere imensamente da mentalidade de pessoas nascidas há 20 ou 30 anos atrás. Tudo o que foi explanado aqui se condensa na constatação de que a sociedade mudou e, juntamente com ela, as concepções de realidade dos indivíduos que a integram.

Analisado esse contexto, o âmbito escolar aparece como ambiente integrante da sociedade. As escolas não são nichos isolados do restante da coletividade e, em consequência disso, passam, também, por muitas das mesmas oscilações sociais. As ocupações realizadas nas escolas durante o ano de 2016, em virtude da possibilidade da aprovação da PEC 241, é exemplo dessa realidade. Durante períodos de mudanças e transformações, ambientes de aprendizado não são imunes a essa realidade. Grande parte das vicissitudes que aconteceram nas últimas décadas também foram observadas dentro do contexto escolar, atingindo seus membros docentes e discentes.

Tendo isso em vista, o modelo de ensino precisa se adaptar ao atual panorama social e buscar instrumentos necessários para que os estudantes se tornem agentes capazes de transformar também a realidade em que estão inseridos. Esse é um grande desafio da educação atualmente: compreender as movimentações sociais que rodeiam o ambiente escolar e, principalmente, contemplá-las e incluí-las no sistema de ensino a ser utilizado.

Tal necessidade é acentuada, de certa forma, no contexto das escolas públicas, uma vez que a responsabilidade junto à sociedade é mais intensa, além de que os sujeitos frequentadores dessas escolas, muitas vezes, merecem uma atenção especial. É notório, infelizmente, que, para indivíduos integrantes das camadas sociais menos privilegiadas, uma grande parte dos impactos sociais são sentidos de maneira mais impactante. Muitos são os casos nos quais as oscilações econômicas, conflitos sociais e efervescências políticas mencionadas atingem mais fortemente os indivíduos marginalizados da sociedade, de maneira a mitigar, diretamente ou indiretamente, seus direitos. As escolas públicas aparecem, então, como ambientes de extrema importância, uma vez que os grupos sociais lá inseridos necessitam ter acesso ao conhecimento e se apropriar de temas como economia, educação financeira, sociologia, política, etc. para que se afirmem como seres atuantes e transformadores dentro da sociedade, evitando qualquer forma de omissão em situações nas quais os seus direitos e prerrogativas estão em questão.

É fato, então, que a educação e o aprendizado no âmbito das escolas públicas necessitam de uma abordagem especial. Em face disso, as escolas públicas devem superar cada vez mais do modelo antigo e tradicional de ensino fragmentado e distanciado da realidade, aproximando e integrando o ambiente da sala de aula com as mudanças que ocorrem fora dela.

O que os estudantes precisam, nesse contexto, é de um sistema que apresente uma concepção de mundo, de sociedade, de aprendizado e de conhecimento que se adeque a uma realidade na qual, cada vez mais, grupos de minorias historicamente isolados tais como mulheres, negros e negras, indivíduos LGBT, etc. emergem e alcançam força e autonomia. A escola deve munir os seus professores com ferramentas e instrumentos didáticos eficazes dentro de seu modelo de ensino, para que tornem possível a aquisição do conhecimento científico, sem deixar de lado a valorização do conhecimento prévio dos alunos. É necessário desafiar os alunos, levá-los a pensar e a refletir sobre todos os tipos de questões sociais relevantes, para que se tornem capazes de atuar efetivamente na construção de uma sociedade mais igualitária e humana.

A construção do conhecimento na Educação Contemporânea deve ocorrer coletivamente e estar voltada para questões que contemplem as diferenças, ou seja, a diversidade humana que compõe a escola, sendo necessário para isso, incluir questões a serem discutidas e/ou refletidas tais como: etnia, raça, gênero, classe, sexo, entre outras, valorizando todo o conhecimento que os diferentes grupos trazem para a sala de aula, enriquecendo muito mais o ensino e a aprendizagem, onde, infelizmente acabam sendo despercebidos ou ignorados por muitos professores. (SANTOS, 2008, p. 10)

Entretanto, o que é observado hoje, frequentemente, é a conservação de um modelo de educação ultrapassado, no qual se perpetuam tendências pedagógicas que perenizam uma aquisição de conhecimento homogeneizado e que não dão atenção às diferenças. Ora, os perigos dessa perpetuação se tornam claros ao observarmos que a comunidade escolar é composta por integrantes de diferentes grupos sociais, políticos, étnicos, religiosos, etc. Logo, uma reflexão sobre essa diversidade em sala de aula é um elemento de enorme importância para o alcance de uma efetiva transformação prática e cultural das escolas.

Os educadores, então, devem assumir seu papel de agentes protagonistas para estas transformações e buscar mediar as aprendizagens de uma maneira a incorporar uma concepção que considere a diversidade e evite a exclusão, colaborando para a construção de um ambiente escolar livre de preconceito.Foi com essa concepção em mente que os membros do Projeto Diálogos para Diversidade levaram uma série de debates relevantes para as salas de aula de duas Escolas Públicas.

**2. DESENVOLVIMENTO**

**2.1 A EDUCAÇÃO POPULAR COMO INSTRUMENTO UTILIZADO**

Diante de todas essas problemáticas referentes ao modelo de educação contemporâneo, suas peculiaridades e como deve se delinear, a Educação Popular emerge como uma solução palpável de todas essas questões adversas. E foi nela que o Projeto Diálogos para Diversidade se pautou ao pensar nas metodologias usadas e nos debates realizados nas Escolas de Ensino Médio que foram visitadas.

A Educação Popular foi abordada, originalmente, nas obras de Paulo Freire, durante a década de 60, e criou o paradigma de uma prática pedagógica diferente, na qual o diálogo é o ponto principal e os saberes de todos os envolvidos são valorizados, com o fito de alcançar uma construção coletiva de aprendizado. Não sendo o professor o único a ensinar e não sendo o aluno o único a aprender, o conhecimento não é passado de uma maneira unilateral. Conforme o próprio Autor já afirmava em suas obras: “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1981, p. 79).

Assim, nota-se que a educação popular emerge com o objetivo de tentar superar o sistema de ensino tradicional, no qual, muitas vezes, é ignorado o elemento-chave para uma educação humanizada: o diálogo. Acabando por se tornar um método pedagógico que não instiga, interessa ou desafia os alunos a terem uma visão crítica dos assuntos levados à sala de aula. Paulo Freire, ao tratar desse modelo de aprendizado, se utilizava da palavra “Educação Bancária”:

Desta maneira, a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante. Na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro. (FREIRE, 1970, p. 66 -67)

É nessa concepção “bancária” que Freire encaixa a educação que se encontra predominantemente perpetuada, infelizmente, em muitas das escolas públicas do território brasileiro. Professores que não se utilizam do diálogo nem se importam em transformar a prática pedagógica numa via de mão dupla. O ideal seria a criação de um espaço organizado de troca de conhecimentos e aprendizados para o amadurecimento de ideias e a formação de alunos conscientes do seu poder de transformação. Os educadores, nesse sistema de educação, apenas “entregam” um conhecimento pronto para que os educandos o repitam e o memorizem. Acaba por se delinear uma hierarquização do conhecimento, em que o saber trazido pelo educador se revela mais importante e valorizado do que o conhecimento popular e prévio que os alunos possuem, por meio de suas experiências. Na maioria das vezes não há diálogo, não há transformação e não há um verdadeiro aprendizado.

Um método pedagógico que englobe a educação popular é imprescindível para que os educandos de escolas da rede pública possam vivenciar uma experiência de real aprendizado político, crítico, transformador e consciente. Principalmente em um momento como o atual, no qual são intensas as questões e os conflitos que emergem na sociedade e que devem ser tratados no ambiente escolar. Nesse contexto, pode-se mencionar muitos daqueles que permeiam as grandes discussões e movimentações sociais na atualidade: gênero, democracia e liberdade, machismo, racismo, homofobia, preconceito, etc. Desse modo, a educação é o maior instrumento capaz de transformar o que precisa ser transformado, de moldar um futuro de mudança e de diversidade, e de construir, enfim, uma comunidade democrática, tolerante e cidadã. Fiori corrobora essa visão:

O método de Paulo Freire é, fundamentalmente, um método de cultura popular: conscientiza e politiza. Não absorve o político no pedagógico, mas também não põe inimizade entre educação e política. Distingue-as, sim, mas na unidade do mesmo movimento em que o homem se historiciza e busca reencontrar-se, isto é, busca ser livre. Não tem ingenuidade de supor que a educação, só ela, decidirá dos rumos da história, mas tem, contudo, a coragem suficiente para afirmar que a educação verdadeira conscientiza as contradições do mundo humano, sejam estruturais, superestruturais ou inter-estruturais, contradições que impelem o homem a ir adiante. (FIORI in FREIRE, 1982, p. 15).

Em face disso, são evidentes os motivos pelos quais o Projeto escolheu a abordagem da educação popular de Paulo Freire para discutir com os alunos das escolas visitadas.

**2.2 A QUESTÃO DE GÊNERO NAS ESCOLAS**

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 6°, assegura que a educação é um direito de todos e, em seu art.206, I, estabelece como princípio norteador da educação a igualdade de condições para acesso e permanência na escola. Sabe-se que, como já consignado, a comunidade escolar, atualmente, é constituída por diversos e variados grupos étnicos, religiosos, sociais, políticos, etc.

O que deve ser discutido é a problemática da permanência. Não se pode afirmar que as condições de permanência na escola são asseguradas igualmente para todos os indivíduos, principalmente ao observar que, na realidade, em muitas ocasiões o que ocorre é o contrário. Fato é que, por mais que a diversidade seja ampla no âmbito escolar, muitas escolas ainda não alcançaram uma efetiva adaptação a essas diferenças.

Indivíduos que não se adaptam aos parâmetros de feminilidades, masculinidades e orientações sexuais encarados como “normais”, de acordo com os padrões sociais dominantes, são frequentemente expostos, no ambiente escolar, a agressões físicas e verbais, violações de direitos e discriminações de todo tipo. Suas diferenças se transformam em reais desigualdades.

A falta de sensibilidade e preparo de muitas escolas é o que, muitas vezes, leva alunos a terem a sua permanência conturbada, afetada e até interrompida pelo preconceito vivido no ambiente. Dados estatísticos são claros a denotar essa realidade:

A Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016 - As experiências de adolescentes e jovens LGBT em nossos ambientes educacionais, realizada pela Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (ABLGBT), divulgado em dezembro de 2016, mostra que 73% dos estudantes que não se declaram heterossexuais no Brasil já foram agredidos verbalmente na escola. Já as agressões físicas ocorreram com um a cada quatro desses alunos. Na Pesquisa “Juventudes Na Escola, Sentidos e Buscas: Por Que Frequentam? ”, realizada em 2015**,** cerca de 20% dos alunos pesquisados afirmaram que o tipo de estudante com o qual eles não gostariam de ter contato em sala de aula são os estudantes homossexuais, travestis e transgêneros.

Devido ao preconceito que vivem dentro das escolas, muitos desses indivíduos, sobretudo travestis e transexuais, se veem obrigados a se retirar dos ambientes e, em decorrência disso, permanecer com baixa escolaridade. Isso os afeta ainda no que se refere ao mercado de trabalho, porquanto essa baixa escolaridade e a exclusão também são problemáticas existentes nesse âmbito que, constantemente, não permitem que essas pessoas consigam boas oportunidades em sua vida profissional. Nesse contexto, os dados também são alarmantes, segundo dados da ANTRA [Associação Nacional de Travestis e Transexuais], mais de 90% dos travestis e transexuais vivem unicamente da prostituição.

A questão de gênero dentro das escolas não se limita aos casos de pessoas LGBT. É necessário destaque também na questão do preconceito contra as mulheres. Historicamente, mulheres estiveram constantemente numa posição desprivilegiada na sociedade. Essa visão da mulher vem sendo desmistificada em virtude das transformações e conquistas alcançadas pela luta de diversos movimentos feministas ao longo da história, os quais as permitiram que pudessem, finalmente, ocupar os mesmos espaços que os homens. Contudo, é evidente que todo esse preconceito perpetuado historicamente ainda se manifesta hoje em diversas áreas, como na política e no mercado de trabalho, onde as proporções entre homens e mulheres ainda são discrepantes. Tal mentalidade de preconceito deveria ser combatida, desde cedo, no âmbito das escolas.

Uma pesquisa realizada pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), ligada ao MEC, executada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) revela que, na escola, o preconceito de gênero manifesta-se com mais força do que todos os outros, inclusive que o de cor e o de opção sexual. O estudo mostrou que cerca de 20% dos alunos passaram por situações ou presenciaram cenas em que alguma menina foi humilhada pelo simples fato de ser menina. No ensino médio, quase metade dos 15 mil alunos ouvidos afirmam que certos trabalhos só podem ser realizados por homens.

São prerrogativas constitucionais do acesso à educação e das condições de permanência nas escolas que estão sendo mitigadas por situações como essas. A falta de capacitação de professores e profissionais desses ambientes é fator agravante dessa situação. Frequentemente educadores se omitem perante uma situação de agressão verbal ou física proveniente de preconceito. Há casos, inclusive, em que são os próprios educadores os que destilam palavras preconceituosas com esses indivíduos, quando, por exemplo, se recusam a chamar os alunos transsexuais por seu nome social ou quando encorajam a prática de brincadeiras machistas e homofóbicas em sala de aula.

Frente a essa realidade, urge que a educação se volte para a desconstrução desses tipos de estereótipos e exclusões com as diferenças de gênero e sexuais, se utilizando de práticas pedagógicas que possibilitem a inclusão de todos os indivíduos, sejam eles homens ou mulheres, heterossexuais, homossexuais, transgêneros, etc. É necessário que os estudantes possam ter acesso a uma educação humanizada, por meio da capacitação dos profissionais envolvidos, calcada na igualdade e na tolerância e que foque na conscientização e na sensibilização para a aceitação de diversidades.

**2.3 O PROJETO E SUAS DISCUSSÕES**

Ao longo do ano de 2017, foram realizadas as visitas do Projeto Diálogos para Diversidade em duas Escolas Públicas: a Escola de Ensino Fundamental e Médio Michelson Nobre da Silva e a Escola de Ensino Médio e Tempo Integral Ayrton Senna da Silva. Cada encontro foi realizado no período da tarde com turmas mistas do 2° e 3° ano do Ensino Médio e mediado pelos membros do Projeto de Extensão. Foi preparada a mesma metodologia para ser utilizada nos dois encontros, pautada em todos os conceitos de educação contemporânea e popular já abordados anteriormente, para tratar dos temas selecionados: a educação popular e a diversidade sexual e de gênero.

É importante esclarecer a maneira como se deu o processo de elaboração da metodologia. A principal preocupação dos membros do projeto era conseguir levar a formação de forma que os alunos se sentissem à vontade para expressar suas opiniões e falar sobre suas vivências, para assim não nos colocarmos como os detentores da razão, mas mostrar que todas as experiências devem ser valorizadas e que é assim que se constrói o conhecimento. Nessa perspectiva, enfrentamos a dificuldade de conseguir adaptar a linguagem utilizada durante a formação para que ficasse acessível a todos, já que iríamos falar sobre temas que, muitas vezes, têm uma linguagem própria, como o processo de elaboração e efetivação de leis, pois, em muitos casos, os jargões jurídicos, apesar de serem bem compreendidos pelos membros do Projeto, não o são por pessoas que não atuam nesse meio.

Tentamos lidar com essas questões propondo uma metodologia com muitos espaços para debates e discussões, procurando fazer perguntas que estimulassem os jovens a expressar suas opiniões e tendo sempre o cuidado de procurar perceber se as nossas falas estavam sendo entendidas por todos.Buscamos usar uma linguagem simples, fazendo o uso de metáforas e esclarecendo de forma descomplicada todas as dúvidas que surgiam durante o debate.

No início dos dois encontros, foi feita uma rodada de apresentações para que os membros do Projeto pudessem se familiarizar com os alunos com os quais iam dialogar, na qual os alunos se apresentavam, falando seus nomes, idades e em que série estavam matriculados e outras atividades que praticavam na escola. Empós, foi feita uma análise junto com os estudantes presentes do Projeto de Lei Escola Sem Partido. Foram apresentadas as propostas que esse projeto traz e ocorreu uma discussão sobre que consequências ele causaria na rotina das escolas e na relação entre alunos e professores de forma prática. Ademais, foi perguntado aos alunos qual era o conceito de educação. O diálogo que se seguiu foi bastante enriquecedor, o espaço de fala predominante foi dos estudantes, que apresentaram seus conceitos de educação: troca de conhecimentos, aprendizado, leitura, preparação para a “vida lá fora”, etc.

Depois desse intervalo de debate onde foram ouvidos os conceitos trazidos pelos estudantes, os membros do Projeto iniciaram uma explanação sobre a Educação Popular, os desafios ainda presentes para o alcance de um modelo pedagógico humanizado e a necessidade de um sistema de ensino que estimulasse os alunos a buscar uma percepção mais crítica da realidade como forma de se afirmar como sujeitos capazes de transformações sociais.

Foi notado e apontado por alguns dos alunos, após essa explicação, que muitos dos conceitos de “educação” que foram trazidos por eles no debate anterior se encaixavam naquele modelo proposto pela educação popular e se distanciavam daquele apresentado pelo Escola Sem Partido. A junção do conhecimento levado pelos membros do Projeto com aquele conhecimento já existente nos estudantes possibilitou a construção de ótimos espaços de troca de ideias, conceitos, informações e afetivo aprendizado.

Em seguida, foi proposto o debate sobre diversidade sexual e de gênero, no qual foi levantada a questão do machismo e da desigualdade entre homens e mulheres ainda existente e também a da violência vivida por pessoas LGBT dentro do ambiente escolar. Quando tais questões foram levantadas, foi notória a empolgação dos alunos para se manifestar sobre essa temática. A maioria expressou opiniões negativas acerca do preconceito e alguns até se posicionaram de maneira contrária, o que acalorou ainda mais o diálogo. Alguns alunos tiveram oportunidade de relatar suas experiências já vividas com esse tipo de preconceito e receber o apoio dos membros e de seus colegas de classe.

**3. CONCLUSÃO**

Entendemos que os objetivos pretendidos com as formações foram, em sua maioria, atingidos. A participação dos alunos foi notória e foi observado que, a partir do momento em que eles realmente se sentiram ouvidos e notaram que suas opiniões eram levadas em consideração durante o debate, a empolgação em participar se mostrou cada vez maior.

Outro aspecto avaliado positivamente foi a escolha dos temas a serem trabalhados durante as formações. Decidimos falar sobre temas que fazem parte da realidade social de todos aqueles sujeitos, como é o caso da diversidade sexual e de gênero, mas que são, muitas vezes, negligenciados pela educação formal oferecida nas escolas. Tal situação acaba por deixar muitos alunos tímidos para se pronunciar sobre essas questões e, desse modo, alimenta um ciclo de desinformação, medo e preconceito. Além disso, procuramos levar temas políticos atuais que influenciam a dinâmica da escola e que precisam ser debatidos pelos sujeitos que a compõem, como é o caso do movimento Escola Sem Partido, questão a qual eles não conheciam de forma aprofundada. Esses temas se mostraram muito proveitosos e incentivaram a participação ativa dos alunos.

Avaliamos também que o diálogo com os estudantes e a oportunidade de ouvir suas experiências trouxe um engrandecimento ao Projeto, pois conseguimos conhecer e entender uma realidade que não é a nossa, mas que se faz presente na vida de diversos jovens brasileiros. Desse modo, foi possível entender as demandas daquele grupo social e tentar contribuir com o saber adquirido na nossa trajetória na universidade pública, de maneira a conscientizar esses jovens de que eles têm, sim, todas as condições adequadas para se tornarem sujeitos sociais ativos e capazes de transformar a realidade em que vivem.

Por fim, concluímos que o diálogo entre os alunos do ensino superior e os do ensino médio tem muito a acrescentar à formação de todos os indivíduos envolvidos nesse processo. A atuação por meio das formações nas escolas públicas se revelou como um método bastante eficiente de construir essa ponte de diálogo. Assim, o Projeto Diálogos para Diversidade pretende realizar esse tipo da ação mais regularmente, de forma a aumentar o alcance para cada vez mais escolas e alunos e promover a interação dos conhecimentos da universidade e das escolas. Tudo isso com o fito de participar na produção e na transmissão de um saber cada vez mais voltado para a realidade social.

**4. REFERÊNCIAS**

ABRAMOVAY, Miriam (Coord.). Juventudes na escola, sentidos e buscas: Por que frequentam?. Brasília-DF: Flacso - Brasil, OEI, MEC, 2015. 346 p. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2015/11/LIVROWEB\_Juventudes-na-escola-sentidos-e-buscas.pdf>. Acesso em: 18 set. 2017.

BRASIL, Amcham. Transgênero, transexual, travesti: os desafios para a inclusão do grupo no mercado de trabalho. Estadão, abr. 2017. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/blogs/ecoando/transgenero-transexual-travesti-os-desafios-para-a-inclusao-do-grupo-no-mercado-de-trabalho/>. Acesso em: 18 set. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/paulo\_freire\_pedagogia\_do\_oprimido.pdf>. Acesso em: 18 set. 2017.

LINHARES, Luciano Lempek. Paulo Freire: por uma educação libertadora e humanista. In: Congresso Nacional de Educação, 8., 2008, Curitiba. Anais eletrônicos... Curitiba-PR, Champagnat, 2008. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/729\_522.pdf>. Acesso em: 18 set. 2017.

Machismo na escola: como esse comportamento interfere a vida adulta. Cláudia, out. 2016. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/sua-vida/machismo-na-escola-como-esse-comportamento-interfere-a-vida-adulta/>. Acesso em: 18 set. 2017.

SANTOS, Ivone Aparecida dos. Educação para a diversidade: uma prática a ser construída na Educação Básica. Programa de Desenvolvimento Educacional do Estado do Paraná, Cornélio Procópio – PR, 2008.

TOKARNIA, Mariana. Mais de um terço de alunos LGBT sofreram agressão física na escola, diz pesquisa. Agência Brasil, nov. 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-11/mais-de-um-terco-de-estudantes-lgbt-ja-foram-agredidos-fisicamente-diz>. Acesso em: 18 set. 2017.